

## **Luís Soares**

---

**De:** Comissão 2ª - CNECP XII  
**Enviado:** sexta-feira, 9 de Março de 2012 12:26  
**Para:** Iniciativa legislativa; DRAA 2ª Série Publicação  
**Cc:** DAPLEN Correio; DAC Correio; Luís Soares; António Fontes  
**Assunto:** Informação sobre os Projectos de Resolução n.ºs. 187/XII/1ª do PCP e 223/XII/1ª do PS  
**Anexos:** Informacao PJRs 187XII1ª-PCP e 223XII1ª-PS - Consulados.docx; inf. sobre pjrs 187 e 223.pdf

Bom dia

Encarrega-me o Senhor Presidente da CNECP – 2ª Com. de enviar a informação sobre os Projetos de Resolução:

**Nº 187/XII/1ª do PCP** – “Recomenda a qualificação da rede consular e a sua adequação às necessidades das comunidades portuguesa no estrangeiro”;

**Nº 223/XII/1ª do PS** – “Recomenda ao Governo que não encerre seis postos consulares na Europa e que proceda a uma avaliação das necessidades em meios humanos e técnicos dos postos para que possam responder cabalmente às suas missões”.

De referir que a sua discussão teve lugar na reunião da Comissão em 6 de Março de 2012.

Com os melhores cumprimentos,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*José Manuel C. Jesus*

Secretariado da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Palácio de S. Bento

1249 - 068 Lisboa

Tel. 21 391 96 91

E-mail: [jjesus@ar.parlamento.pt](mailto:jjesus@ar.parlamento.pt)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

## Informação

Projeto de Resolução n.º 187/XII (1ª) –  
(PCP) e Projeto de Resolução n.º  
223/XII (1ª) – (PS)

Discussão ocorrida nos  
termos do art.º 128.º n.º1  
do RAR, em reunião da  
Comissão de 6/3/2012

---

Projeto de Resolução n.º 187/XII/1ª do PCP - Recomenda a qualificação da rede consular e a sua adequação às necessidades das comunidades portuguesa no estrangeiro e o projeto de Resolução n.º 223/XII/1ª do PS - Recomenda ao Governo que não encerre seis postos consulares na Europa e que proceda a uma avaliação das necessidades em meios humanos e técnicos dos postos para que possam responder cabalmente às suas missões.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

1. Cinco Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português tomaram a iniciativa de apresentar o Projecto de Resolução (PJR) n.º 187/XII (1.ª) – (PCP), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156º e do nº 5 do artigo 166º da Constituição da República Portuguesa.
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 20 de Janeiro de 2012, tendo sido admitida a 25 de Janeiro de 2012, data na qual baixou à Comissão de Negócios estrangeiros e Comunidades portuguesas.
3. Seis Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista tomaram a iniciativa de apresentar o Projecto de Resolução (PJR) n.º 223/XII (1.ª) – (PS), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156º e do nº 5 do artigo 166º da Constituição da República Portuguesa.
4. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 15 de Fevereiro de 2012, tendo sido admitida a 16 de Fevereiro de 2012, data na qual baixou à Comissão de Negócios estrangeiros e Comunidades portuguesas.
5. A discussão conjunta dos Projectos de Resolução (PJR) n.º 187/XII (1.ª) – (PCP) e n.º 223/XII (1.ª) – (PS), ocorreu na reunião da Comissão de Negócios estrangeiros e Comunidades portuguesas, de 6 de Março, nos seguintes termos:

O Senhor Deputado João Ramos procedeu à apresentação do Projecto de Resolução (PJR) n.º 187/XII (1.ª) – (PCP) de que é proponente, defendendo a necessidade de manter o apoio consular perante as circunstâncias difíceis existentes, fundamentando, e criticou as opções do Governo.

O Senhor Deputado Paulo Pisco procedeu à apresentação do Projecto de Resolução (PJR) n.º 223/XII (1.ª) – (PS) de que é proponente, referindo-se aos critérios usados para encerrar os postos consulares, fundamentando, interrogando sobre casos com dados concretos e criticando as opções do Governo.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

O Senhor Deputado José Lino Ramos relevou o momento de crítica política dos autores destes projetos de resolução, rebatendo, e sublinhou os bons fundamentos das opções do Governo, em que os cortes resultam das dificuldades económicas recebidas pelo Governo; questionou a utilização dos números pelo Senhor Deputado Paulo Pisco.

O Senhor Deputado Carlos Gonçalves salientou a boa orientação das opções do Governo com cortes menores na área dos consulados, rejeitando as críticas feitas, especificando diversos aspetos concretos relativos a vários consulados suscitados nos projetos de resolução, que contestou detalhadamente.

Concluiu que o Grupo parlamentar do PS, conhecendo a situação dos consulados portugueses, não poderia apresentar este projeto de resolução, que rejeitou.

A Senhora Deputada Mónica Ferro considerou que este tema mobiliza o Grupo parlamentar do PSD e rejeitou a forma usada neste debate contra o Governo.

O Senhor Deputado João Ramos, encerrando o debate, respondeu às críticas dos Senhores Deputados José Lino Ramos e Carlos Gonçalves, defendendo a importância do apoio aos Portugueses emigrados e afirmou poder subscrever o projeto de resolução do PS, lamentando este assunto não ter sido tratado no anterior Governo.

O Senhor Deputado Paulo Pisco, encerrando o debate, respondeu às críticas do Senhor Deputado José Lino Ramos, rejeitando a manipulação de dados pelo Governo, e do Senhor Deputado Carlos Gonçalves, nomeadamente quanto à dotação em despesas com pessoal em consulados, criticando as opções do Governo e referindo as diversas menções do Governo sobre a atual emigração de Portugueses.

O Senhor Deputado Carlos Gonçalves contestou a anterior intervenção, nomeadamente a referência feita a que "as receitas do Estado, para além dos emolumentos consulares, duplicam as receitas", e quanto às distâncias dos Emigrantes aos Serviços consulares, considerando que com esta intervenção se faz um número político para o círculo eleitoral.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

A Senhora Deputada Maria João Ávila agradeceu aos Grupos parlamentares do PCP e do PS não se terem lembrado dos Emigrantes portugueses de fora da Europa, exemplificando com distâncias nos EUA.

O Senhor Deputado José Lino Ramos rejeitou os termos das acusações feitas, notando a diminuição de despesas pelo Governo.

O Senhor Deputado João Ramos referiu-se a custos com a cessação de contratos.

O Senhor Deputado Paulo Pisco recordou o período anterior e rejeitou críticas que lhe foram feitas, afirmando manter as suas convicções.

6. Não foram apresentadas quaisquer propostas de alteração.

7. Realizada a sua discussão, remete-se esta Informação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º1 do art.º 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 8 de Março de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Alberto Martins